

## F. A. von Hayek: a redescoberta de um caminho ‘terceiro’\*

*O homem não é nem nunca será o dono do seu destino:  
a sua própria razão sempre progride ao deixar-se con-  
duzir para o desconhecido e o imprevisto onde aprende  
novas coisas.* F. A. Hayek \*\*

É difícil apresentar em poucas palavras a obra de um autor que tem contra si inúmeras dificuldades, colocadas por toda uma época atravessada por falsas dicotomias e atraída por falsas miragens. A aproximação que nós fizemos do pensamento de Hayek em relação ao que chamamos caminho ‘terceiro’ mostra que ele corre perseguido pelo fogo de dois maniqueísmos. Um caminho cheio de obstáculos e tornado tortuoso pela vida fácil dos extremos a que está permanentemente sujeito. Tenho que reconhecer, contudo, que todo este campo de dificuldades me despertou, embora ao mesmo tempo me coloque numa posição ingrata — num difícil fio de navalha. Espero que isto e o facto de até hoje se ter dado pouca atenção ao pensamento

---

\* Versão portuguesa do texto (embora com notas mais desenvolvidas) apresentado, como defesa pública (realizada em 27 de Maio de 1992) da minha ‘Tesis Doctoral’ (*Filosofia dologia da economia em F. A. Hayek ou a redescoberta de um caminho ‘terceiro’ para, a compreensão e melhoria da ordem alargada da interacção humana*), na Universidad Pontificia Comillas (Facultad de Filosofía y Letras), Madrid.

\*\* F. A. Hayek, *Law, Legislation and Liberty*, vol. 3: *The Political Order of a Free People*, The University of Chicago Press, Chicago, 1979, p. 176. Uma citação que denuncia a reconhecida proximidade de Hayek tanto de A. N. Whitehead e I. Prigogine, como de Merleau-Ponty e Levinas (e mesmo H-G Gadamer e P. Ricoeur).

daquele que Lord Harris of High Cross (*Daily Telegraph*) considerou “o maior filósofo económico e político do nosso século”<sup>1</sup>, ajude a explicar o talvez excessivo número de páginas e me conceda o direito a um modesto paralelo com um depoimento de Molina: “Fui nesta discussão mais longo do que desejava (...) mas porque o assunto é de grande importância e muito escorregadio, e, ainda, porque esta nossa maneira de conciliar a liberdade de arbítrio com a divina predestinação a não vi até agora tratada por ninguém, pareceu-me preferível alargar-me um tanto mais”<sup>2</sup>.

É um caminho escorregadio que leva à descoberta das raízes ibéricas da original escola austríaca de economia. Uma escola sobre a qual Schumpeter diz não se poder confundir, como quiseram fazer os marxistas, com um novo corpo de apologética burguesa<sup>3</sup>. Isto apesar de Schumpeter ter sido um dos economistas austríacos que se deixou cativar pelo ideal socialista. Na verdade Schumpeter foi um dos que à pergunta “Sobreviverá o capitalismo?”, feita em 1942, respondeu: “Não. Acho que não”<sup>4</sup>.

A posição de Hayek, pelo contrário, apesar de uma inicial simpatia pelo socialismo fabiano típico da sua geração, gradualmente e em grande medida graças a Mises, cedo se convenceu da superioridade da ordem de mercado e se revelou como hostil à economia planificada, e um advogado da sobrevivência e melhoria da ordem liberal, o que o levou a dedicar-se ao estudo da economia não tanto pelo estudo em si, mas por isso poder ajudar a tornar o mundo um lugar melhor do que aquele mundo da Viena do pós-guerra que ele permanentemente recordava.

A radical oposição de Hayek ao socialismo não significa que ele ponha em causa as intenções dos socialistas ou mesmo os seus ‘valores’. Os seus argumentos, como o reconheceram nos períodos

<sup>1</sup> Em *Daily Telegraph*. Cf. contra-capas de vol. IV de *The Collected Works of F. A. Hayek*. The University of Chicago Press, Chicago, 1992, edited by Peter G. Klein.

<sup>2</sup> Cf. Luis de MOLINA, *Concordia liberi arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione, et reprobatione, ad nonnullus primae partis D. Thomae articulos*.... Olyssipone. Apud Antonium Riberium, typographum regium, M. D. LXXXVIII, q. 23 a. 4 e 5, disp. I, memb. ult. p. 492. Citado em Severiano Tavares, *Fonseca e a ciência média*, Faculdade de Filosofia, Braga, 1953, p. 9.

<sup>3</sup> J. A. SCHUMPETER, *História da análise económica*, vol. 3, Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964, p. 122.

<sup>4</sup> J. A. SCHUMPETER, *Capitalismo, socialismo e democracia*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1984, p. 87.

mais tensos mesmo opositores tão distintos como Schumpeter e Heilbroner, dirigiam-se às ideias erradas sobre os factos. Para Hayek, o socialismo é, na verdade, acima de tudo um erro *intelectual*: uma presunção fatal (*fatal conceit*). Isto não significa que a generalidade dos autores socialistas não só não reconhecessem a seriedade daqueles que estiveram na primeira linha da crítica aos sistemas de economia planificada, como velassem para que tanto Mises como Hayek fossem votados ao ostracismo<sup>5</sup>. Um desprezo que hoje desapareceu e está mesmo em vias de dar lugar a uma reconhecida admiração. “A maioria das pessoas *bem* fez chacota quando há quase meio século Hayek publicou *The Road to Serfdom*. O mundo estava errado e Hayek certo”<sup>6</sup>. Um desses últimos reconhecimentos ocorreu quando em Novembro de 1991 o Presidente Bush condecorou Hayek com uma bem merecida Medalha da Liberdade (*Medal of Liberty*) por causa do impacto do seu pensamento nos países de todo o mundo, e em especial por causa da relação entre as suas ideias e o rápido declínio do socialismo na Europa de Leste<sup>7</sup>.

Mas quem é afinal esta figura tão rica e tão polémica que morreu com quase 93 anos (a completar em 8 de Maio) na madrugada de 23 para 24 de Março de 1992? O que tem ele de diferente em relação aos seus colegas economistas de outras escolas? Será possível explicitar o fundamental das suas ideias? A estas e outras questões esperamos ter respondido ou pelo menos apontado o caminho ao longo da dissertação. Tal não significa contudo que aqui não caiba a explicitação de algumas dificuldades e algumas precisões em relação a um autor que bem cedo foi capaz de mostrar que o igualitarismo económico leva ao igualitarismo moral, e também de denunciar a utopia de um cosmopolitismo (internacionalismo) forçado.

<sup>5</sup> Um judeu intelectual que defendesse ideias socialistas teria tido o seu lugar respeitado em Viena do primeiro terço do século, um lugar que lhe foi oferecido como matéria de curso. De igual modo, um banqueiro ou homem de negócios judeu que defendesse (bastante mal!) o capitalismo teria os seus direitos naturais. Mas um judeu intelectual que justificasse o capitalismo parecia à maioria como uma espécie de monstruosidade, algo anti-natural, que não podia ser categorizado e com quem não se sabia como lidar. Cf. F. A. HAYEK, “Ludwig von Mises (1881-1973)”, em *The Collected Works of F. A. Hayek*, vol. IV (*The Fortunes of Liberalism: Essay on Austrian Economics and the Ideal of Freedom*), edited by Peter G. Klein. The University of Chicago Press, Chicago, 1992, p. 157.

<sup>6</sup> Ronald Bailey, *Forbes*. Citado na já referida contra-capas de vol. IV de *The Collected Works of F. A. Hayek*.

<sup>7</sup> Cf. notícia em catálogo de *Laissez Faire Books*, January, 1992, p. 26.

daquele que Lord Harris of High Cross (*Daily Telegraph*) considerou “o maior filósofo económico e político do nosso século”<sup>1</sup>, ajude a explicar o talvez excessivo número de páginas e me conceda o direito a um modesto paralelo com um depoimento de Molina: “Fui nesta discussão mais longo do que desejava (...) mas porque o assunto é de grande importância e muito escorregadio, e, ainda, porque esta nossa maneira de conciliar a liberdade de arbítrio com a divina predestinação a não vi até agora tratada por ninguém, pareceu-me preferível alargar-me um tanto mais”<sup>2</sup>.

É um caminho escorregadio que leva à descoberta das raízes ibéricas da original escola austríaca de economia. Uma escola sobre a qual Schumpeter diz não se poder confundir, como quiseram fazer os marxistas, com um novo corpo de apologética burguesa<sup>3</sup>. Isto apesar de Schumpeter ter sido um dos economistas austríacos que se deixou cativar pelo ideal socialista. Na verdade Schumpeter foi um dos que à pergunta “Sobreviverá o capitalismo?”, feita em 1942, respondeu: “Não. Acho que não”<sup>4</sup>.

A posição de Hayek, pelo contrário, apesar de uma inicial simpatia pelo socialismo fabiano típico da sua geração, gradualmente e em grande medida graças a Mises, cedo se convenceu da superioridade da ordem de mercado e se revelou como hostil à economia planificada, e um advogado da sobrevivência e melhoria da ordem liberal, o que o levou a dedicar-se ao estudo da economia não tanto pelo estudo em si, mas por isso poder ajudar a tornar o mundo um lugar melhor do que aquele mundo da Viena do pós-guerra que ele permanentemente recordava.

A radical oposição de Hayek ao socialismo não significa que ele ponha em causa as intenções dos socialistas ou mesmo os seus ‘valores’. Os seus argumentos, como o reconheceram nos períodos

<sup>1</sup> Em *Daily Telegraph*. Cf. contra-capas de vol. IV de *The Collected Works of F. A. Hayek*. The University of Chicago Press, Chicago, 1992, edited by Peter G. Klein.

<sup>2</sup> Cf. Luis de MOLINA, *Concordia liberi arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione, et reprobatione, ad nonnullus primae partis D. Thomae articulos*.... Olyssipone. Apud Antonium Riberium, typographum regium, M. D. LXXXVIII, q. 23 a. 4 e 5, disp. I, memb. ult. p. 492. Citado em Severiano Tavares, *Fonseca e a ciência média*, Faculdade de Filosofia, Braga, 1953, p. 9.

<sup>3</sup> J. A. SCHUMPETER, *História da análise económica*, vol. 3, Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964, p. 122.

<sup>4</sup> J. A. SCHUMPETER, *Capitalismo, socialismo e democracia*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1984, p. 87.

mais tensos mesmo opositores tão distintos como Schumpeter e Heilbroner, dirigiam-se às ideias erradas sobre os factos. Para Hayek, o socialismo é, na verdade, acima de tudo um erro *intelectual*: uma presunção fatal (*fatal conceit*). Isto não significa que a generalidade dos autores socialistas não só não reconhecessem a seriedade daqueles que estiveram na primeira linha da crítica aos sistemas de economia planificada, como velassem para que tanto Mises como Hayek fossem votados ao ostracismo<sup>5</sup>. Um desprezo que hoje desapareceu e está mesmo em vias de dar lugar a uma reconhecida admiração. “A maioria das pessoas *bem* fez chacota quando há quase meio século Hayek publicou *The Road to Serfdom*. O mundo estava errado e Hayek certo”<sup>6</sup>. Um desses últimos reconhecimentos ocorreu quando em Novembro de 1991 o Presidente Bush condecorou Hayek com uma bem merecida Medalha da Liberdade (*Medal of Liberty*) por causa do impacto do seu pensamento nos países de todo o mundo, e em especial por causa da relação entre as suas ideias e o rápido declínio do socialismo na Europa de Leste<sup>7</sup>.

Mas quem é afinal esta figura tão rica e tão polémica que morreu com quase 93 anos (a completar em 8 de Maio) na madrugada de 23 para 24 de Março de 1992? O que tem ele de diferente em relação aos seus colegas economistas de outras escolas? Será possível explicitar o fundamental das suas ideias? A estas e outras questões esperamos ter respondido ou pelo menos apontado o caminho ao longo da dissertação. Tal não significa contudo que aqui não caiba a explicitação de algumas dificuldades e algumas precisões em relação a um autor que bem cedo foi capaz de mostrar que o igualitarismo económico leva ao igualitarismo moral, e também de denunciar a utopia de um cosmopolitismo (internacionalismo) forçado.

<sup>5</sup> Um judeu intelectual que defendesse ideias socialistas teria tido o seu lugar respeitado em Viena do primeiro terço do século, um lugar que lhe foi oferecido como matéria de curso. De igual modo, um banqueiro ou homem de negócios judeu que defendesse (bastante mal!) o capitalismo teria os seus direitos naturais. Mas um judeu intelectual que justificasse o capitalismo parecia à maioria como uma espécie de monstruosidade, algo anti-natural, que não podia ser categorizado e com quem não se sabia como lidar. Cf. F. A. HAYEK, “Ludwig von Mises (1881-1973)”, em *The Collected Works of F. A. Hayek*, vol. IV (*The Fortunes of Liberalism: Essay on Austrian Economics and the Ideal of Freedom*), edited by Peter G. Klein, The University of Chicago Press, Chicago, 1992, p. 157.

<sup>6</sup> Ronald Bailey, *Forbes*. Citado na já referida contra-capas de vol. IV de *The Collected Works of F. A. Hayek*.

<sup>7</sup> Cf. notícia em catálogo de *Laissez Faire Books*, January, 1992, p. 26.

Uma das dificuldades é a mesma que se passou durante muito tempo com o seu primo Wittengstein. Durante anos, até os leitores ingleses e americanos estavam longe de conhecer os seus primeiros escritos em alemão. E mesmo entre os economistas, a maioria dos que conheciam as suas obras sobre teoria económica desprezava quase inteiramente as suas teorias acerca da percepção e crescimento do conhecimento, o que levou a que até há muito pouco tempo fosse difícil situar Hayek dentro de um adequado quadro histórico, teórico e crítico. Ora em Hayek a sua visão integrada da ciência económica não é inteiramente separável das suas ideias respeitantes a campos do humano tão diversos como ontologia, biologia, epistemologia, evolução, ciência política, moral e mesmo teoria da cultura e religião.

Uma das principais características da tradição austríaca a que pertence Hayek consiste em não desligar o 'económico' de tudo o mais que o condiciona e o implica. A originalidade de Hayek está, porém, na forma de estabelecer as ligações. Uma originalidade bem expressa na sua última obra sobre a qual Edward H. Crane no *Wall Street Journal* escreveu: "Fascinante... uma brilhante e sintética reformulação da crítica clássica de Mr. Hayek ao planeamento económico centralizado ... A sua oposição à tradição colectivista *versus* a sua ênfase no individualismo, que marcou os seus primeiros escritos, servirá para advertir os leitores das consequências do relativismo moral e do utilitarismo que têm estado sempre presentes na obra deste grande vulto"<sup>8</sup>, e que levou John Gray a afirmar:

*The Fatal Conceit* devia despertar a atenção não só dos estudiosos de Hayek mas dos especialistas em teoria política e em história do pensamento e dos filósofos. Ela inaugura o que certamente será, nas próximas décadas, uma das mais distintas e fidedignas colecções de escritos inter-disciplinares.<sup>9</sup>

É todavia difícil destacar o que é mais fundamental na fina e elaborada rede das ideias de Hayek. Pensamos, contudo, que, do ponto de vista da filosofia da economia, podemos dizer que a sua

<sup>8</sup> Cf. a já citada contra-capá do vol. IV de *The Collected Works of F. A. Hayek*.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

maior ênfase, mesmo em relação a outros austríacos como Mises, está na 'ordem espontânea' e nos 'limites da racionalidade'. Esta ênfase de Hayek é inseparável da distinção que ele faz entre os dois tipos de liberalismo<sup>10</sup>, o racionalista, continental ou 'francês', próprio da tradição utilitarista que acentua a razão e a capacidade do homem para moldar o seu meio ambiente; e a tradição inglesa da *common law* ou clássica que acentua os limites da razão e as forças da ordem espontânea, ou o que Ortega chamava a 'histórica acção espontânea que, a longo prazo, sustenta, alimenta e impulsiona os destinos humanos'. O acento de Hayek nos limites da razão é inseparável dos seus 'estudos sobre os abusos da razão' e ajuda a explicar por que Hayek cedo se deu conta da impossibilidade não tanto *teórica* (como em Mises) mas *prática* do socialismo. Esta ênfase está contudo presente já em Menger<sup>11</sup>, o pai da chamada escola austríaca de economia, de quem Hayek se assume como mero continuador. Estes são pontos nucleares de uma subtil tradição do pensamento económico que permitiu a tantos dos seus membros dar

<sup>10</sup> Uma distinção que corre paralela à de falso (ou mau) individualismo e verdadeiro (ou bom) individualismo feita tanto por Hayek como por Ortega, um autor que não só foi capaz de denunciar o *pseudo liberalismo* como fazer sábios reparos a alguns aspectos do liberalismo e à maneira incorrecta como alguns autores liberais (como é o caso de J. Stuart Mill) trataram a questão do individualismo. Uma questão essencial, numa época, como a que vivemos, que tende a despojar o indivíduo da sua radical condição de pessoa, ainda que por outro lado tenha a pretensão de lhe restituir toda uma série de direitos (humanos) muito interessantes, mas insignificantes. Para um maior desenvolvimento desta problemática, ver a nossa comunicação ao 'Simpósio 'Filosofia e Ciência na Obra de Leonardo Coimbra' (Porto, 31 de Janeiro/2 de Fevereiro): "A propósito de Leonardo Coimbra e do 'seu' individualismo".

<sup>11</sup> Ao colocar os problemas económicos na esfera dos fenómenos complexos, deixando contudo claro que neste âmbito *o elemento genético é inseparável da ideia das ciências teóricas*. Menger foi assim capaz de ver que uma teoria da evolução não implica 'leis da evolução' no sentido de sequências necessárias de formas ou estádios particulares: erro que costuma ser cometido pelas mesmas pessoas que interpretam o problema genético como um problema histórico, não dando conta de que uma teoria genética descreve um mecanismo capaz de produzir uma variedade infinita de resultados particulares. Por outras palavras, a existência das estruturas com as quais se relaciona a teoria dos fenómenos complexos só se torna inteligível através daquilo que os físicos chamam uma cosmologia, ou seja, uma teoria da evolução. Daí que Hayek conclua que o "problema de como se formaram as galáxias ou os sistemas solares e de qual é a sua estrutura resultante se assemelha muito mais aos problemas com que deparamos nas ciências sociais do que aos problemas da mecânica; e que, assim sendo, para o entendimento dos problemas metodológicos das ciências sociais é muito mais instrutivo o estudo dos procedimentos da geologia ou da biologia do que o estudo da física.". Cf. HAYEK, *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Routledge & Kegan Paul, London; Henley, 1978 (1ª edição, 1967), p. 76.

conta do que hoje é reconhecido por tantos dos seus opositores: a impossibilidade de uma sociedade racionalmente planeada tal como foi aceite e espalhada de uma forma quase religiosa pela maioria dos intelectuais que durante todo o século XX insistiram em a impor como a única, verdadeira e justa forma de transformação e melhoria da humanidade.

Hayek não é, porém, um defensor do liberalismo económico extremo ou *laissez faire*. A sua ênfase nos limites da razão humana e nas forças da ordem espontânea, de que o mercado é afinal apenas um bom exemplo, significa a acentuação de uma ordem situada *entre* o instinto e a razão. Para Hayek a compreensão do mercado (e mesmo da sociedade em que vivemos) passa por uma percepção do seu funcionamento como um processo de criação e transmissão de informação incompleta e dispersa. Uma visão do processo de mercado que supõe uma concepção de homem que está a meio caminho entre o onisciente e o totalmente ignorante. A perspectiva hayekiana da economia austríaca como 'caminho do meio' leva-o mesmo a reabilitar uma tradição evolutiva das normas e costumes herdados. Compreende-se assim melhor que o liberalismo-conservador de Hayek não só insista na 'supremacia da verdade' como tenda a acentuar a Tradição: o que torna o homem bom não é nem a natureza nem a razão, mas a tradição<sup>12</sup>: dado que nós devemos a ordem da nossa sociedade a uma tradição de normas que só imperfeitamente compreendemos, *todo o progresso deve basear-se na tradição*.<sup>13</sup>

O evolucionismo cultural de Hayek leva-o mesmo a considerar que *a cultura não é nem natural nem artificial, nem geneticamente transmitida nem racionalmente planeada*<sup>14</sup>, e a defender que *o homem não adoptou novas normas de cultura por ser inteligente, pelo contrário tornou-se inteligente ao submeter-se a novas normas de conduta*<sup>15</sup>, e por isso a concluir que *nós nunca 'desenhámos' o nosso sistema económico: não somos suficientemente inteligentes para isso*.<sup>16</sup>

<sup>12</sup> F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty*, vol. 3, p. 160.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 167.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 155.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 163.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 164. Isto leva Hayek a defender que infelizmente não só o progresso como

A ordem económica de uma sociedade livre, para Hayek, só pode compreender-se num contexto de certas normas morais e jurídicas que tornam a referida ordem possível. A sua concepção de economia de mercado (ou como Hayek prefere chamar, na esteira do Arcebispo Whately, a 'cataláxia') é um jogo com regras, em que a liberdade e a sua limitação devem ser vistas lado a lado, e por isso nada tem a ver com o chamado *laissez-faire*.

Assim sendo, não é de estranhar que para muitos economistas cientes da tradição 'austríaca', a derrocada do socialismo real não tenha constituído uma completa surpresa. Isto é especialmente verdade para Hayek que sempre teve uma compreensão do mercado um tanto diferente da dos seus contemporâneos, não só daqueles que se opõem ao capitalismo, mas de muitos daqueles que igualmente o defendem. Como, a propósito, salienta Peter G. Klein:

Ao longo de quase todo este século 'o problema económico' foi visto como o da *afecção de recursos*: o problema de encontrar uma distribuição de recursos produtivos capaz de satisfazer um conjunto de procuras competitivas e potencialmente ilimitadas. Para Hayek e os austríacos, pelo contrário, a economia trata da *coordenação de planos*, o meio pelo qual uma 'ordem altamente complexa' de cooperação humana emerge dos planos e decisões de indivíduos isolados, que operam num mundo de conhecimento tácito e disperso. Explicar a regularidade de fenómenos como preços e produção, dinheiro, juro e flutuações económicas, e mesmo direito e língua, quando estes não são considerados como fazendo parte de uma intenção deliberada, é a tarefa da ciência económica. Só vendo a ordem económica nesta perspectiva podemos esperar saber por que razão o mercado funciona, e porque os esforços para construir sociedades sem mercado estão destinados ao fracasso.<sup>17</sup>

Hayek é um 'liberal-conservador'<sup>18</sup> para quem o acento na Tradição visa salientar, não uma visão estática do homem que o

o próprio crescimento económico *não pode ser doseado* e que o nosso principal papel, por isso, consiste não em encaminhar a coisas na direcção desejável, mas em criar as condições favoráveis e esperar o melhor, *Ibid.*, p. 169.

<sup>17</sup> Peter G. KLEIN, "Introduction", em *The Collected Works of F. A. Hayek*, Vol. IV, p. 1-2.

<sup>18</sup> Para um maior esclarecimento sobre esta questão, ver o nosso texto "Liberalismo conservador versus liberalismo socialista - ou uma ocasião para situar Hayek", comunicação apresentada no Seminário sobre 'Liberalismo em Portugal' (Porto, 24 de Fevereiro de 1989).

levaria a privilegiar no problema económico a definição de um estado de equilíbrio, mas uma visão do homem como ser activo (*homo agens*) que o leva a ver o mercado como um processo de aprendizagem e descoberta que realça o dinamismo de um homem aberto ao mistério e ao desconhecido como um traço fundamental da sua filosofia social da ordem alargada da cooperação humana, e a alertar para o elemento empresarial como uma característica essencial que leva ao permanente dinamismo e melhoria da ordem espontânea de mercado. Neste processo, os preços, como bem viu Bartley III, não são simples reflexo de coisas como escassez, antes desempenham um papel informacional como *sinais*.<sup>19</sup> Isto leva a uma concepção do mercado que supõe uma visão do homem como seguidor de normas e que responde a sinais. Uma concepção do 'sistema' como jogo com regras em que o processo económico é inseparável de um quadro jurídico e moral em que não se pode separar a liberdade da lei, e é oposta a uma visão — infelizmente comum — que identifica a economia de mercado com libertinagem, exploração e materialismo exacerbado. Esta visão da economia de mercado proposta por Hayek recusa, por isso, a identificação quer da liberdade do mercado com o 'egoísmo explorador' quer do 'intervencionismo estatal' com o 'bem comum'.<sup>20</sup> Isto leva Hayek, desde os seus primeiros escritos<sup>21</sup>, a distanciar-se dos defensores do chamado *laissez-faire*, mas também a defrontar-se tanto com os

<sup>19</sup> William Warren BARTLEY, III, *Unfathomed Knowledge. Unmeasured Wealth: On Universities and the Wealth of Nations*. Open Court, La Salle (Illinois), 1990, p. 66.

<sup>20</sup> A este propósito convirá recordar, como refere Ureña em artigo sobre a "nova evangelização e economia de mercado", que nem mesmo Adam Smith defendeu a total ausência de intervenção estatal na economia. O problema é o de 'mais' ou 'menos' e do 'em que e como' dessa intervenção. E neste problema, a nova evangelização só poderá contribuir animando estudos económicos sérios, que possam apontar novos rumos, mas nunca a *receita da verdadeira liberdade*. A verdadeira liberdade sempre terá o risco de se transformar em libertinagem ou em despotismo. E o melhor caminho para este último é querer *implantá-la* seguindo uma *receita*, como se passou no Leste europeu. Cf. Enrique M. UREÑA, "Nueva evangelización y economía de mercado", *Vida Nueva*, de 15-II-1992, p. 39.

<sup>21</sup> Cf. por exemplo, F. A. HAYEK, *The Road to Serfdom*, George Routledge & Sons, London, 1946, p. 27 e 60. Desta obra de Hayek (que muitos consideram como a obra mais perseguida, mas nem por isso menos lida, nos países do ex-bloco comunista), existe uma tradução portuguesa (de Maria Ivone Serrão de Moura, revista por Orlando Vitorino): *O caminho para a servidão*. Teoremas, Lisboa, 1977. Uma obra em que a ligação entre liberdade económica e política, que tanto terá influenciado Churchill e Keynes, aparece já clara.

adeptos dos sistemas totalitários como com os advogados do Estado-Providência. Keynes e os keynesianos são mesmo um dos alvos privilegiados das batalhas levadas a cabo pelo mais importante representante da quarta geração da escola austríaca de economia<sup>22</sup>, com resultados que hoje levam Hayek a estar em condições de devolver a Keynes a justiça histórica de uma sua famosa afirmação: "as ideias dos economistas e dos filósofos políticos, certas ou erradas, têm mais importância do que geralmente se pensa. Na realidade, o mundo é quase exclusivamente governado por elas. (...) Cedo ou tarde são as ideias e não os interesses criados que se acabam constituindo em perigo, tanto para o bem como para o mal"<sup>23</sup>. Mas os argumentos de Hayek não se limitaram aos seus adversários; mesmo em relação a economistas que são tidos como próximos não deixou de marcar distâncias, como em relação a L. Robbins, Mises, P. Bauer e J. L. Simon ou a prémios 'nobel' como Milton Friedman, J. M. Buchanan e R. H. Coase. Erhard, Röpke, Bruno Leoni, L. Read, M. Polanyi, B. de Jouvenel, J. Rawls e F. Braudel estão entre os muitos com quem, apesar da relativa identidade de pontos de vista, não deixou de ter ricas disputas ou fazer algumas precisões. Entre estes, cabe uma referência especial a um outro grande economista austríaco a que já fizemos referência e que quase todos reconhecem como uma das personalidades dominantes do pensamento económico do século XX, mas que compreensivelmente Hayek não considera como membro de pleno direito da escola austríaca, dado que ele acolheu muitas outras influências nomeadamente da escola de Lausanne<sup>24</sup>. Isso não significa que Schumpeter tenha apagado as influências que sofreu principalmente de Böhm-Bawerk e que ele não desenvolvesse um dos traços mais originais da Escola e uma característica comum por isso também a Hayek. Uma característica da escola austríaca que a distingue de outras: o amplo campo de interesses e o gosto pela interdisciplinaridade que muitos de nós na nossa juventude pensávamos ter terminado com Schumpeter, desconhecendo que afinal ele apenas preservava a marca de uma escola

<sup>22</sup> Cf. F. A. HAYEK, "The Austrian School of Economics", em *The Collected Works of F. A. Hayek*, vol. IV, p. 52.

<sup>23</sup> John Maynard KEYNES, *Teoria geral do emprêgo, do juro e do dinheiro*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro: Lisboa, 1970, p. 360-361.

<sup>24</sup> Cf. *The Collected Works of F. A. Hayek*, vol. IV, p. 51.

que nós (ou os pensadores que seguíamos) tínhamos votado ao esquecimento ou mesmo apagado do mapa do pensamento económico. Esta faceta faz parte de uma das razões que Klein aduz como explicação para o interesse dos economistas contemporâneos pelo pensamento de Hayek e o torna muito diferente mesmo dos chamados economistas neoclássicos. Diz Klein, a propósito da análise das propriedades de bem-estar do mercado, que há dois lados no debate:

Os defensores do mercado livre são os economistas 'neoclássicos', cujas teorias dependem de pressupostos de agentes económicos hiper-rationais com 'expectativas racionais' e esclarecimento instantâneo do mercado; os cépticos, normalmente transportam algum tipo de rótulo 'keynesiano', vêem as expectativas como mais problemáticas e os preços como lentos a ajustar-se.

Hayek, em completo contraste baseia a defesa do mercado não na racionalidade humana, mas na ignorância humana! "O argumento global para a liberdade, ou a maior parte do argumento para a liberdade, baseia-se no facto da nossa ignorância e não no facto do nosso conhecimento". Os agentes de Hayek são *seguidores de normas*, que respondem aos sinais de preço dentro de um sistema seleccionado por um processo de evolução — uma ordem espontânea, em vez de um sistema deliberadamente escolhido; ainda que as suas acções acarretem benefícios não intencionados para o sistema no seu todo, benefícios que *não podiam* ter sido racionalmente previstos. Isto é bastante estranho para o economista moderno, para quem a evolução e espontaneidade desempenham um pequeno ou mesmo nenhum papel.<sup>25</sup>

Mas Klein prossegue dizendo que a obra de Hayek é também diferente dos economistas neoclássicos pelo facto de estes serem no essencial teóricos puros, voltados para os aspectos da eficiência e abundância, e sem grande simpatia por questões como liberdade e justiça, que atraem os mais jovens e idealistas. Um aspecto fundamental da concepção de Hayek de ciência económica que o leva a ver a teoria económica como integrada numa ampla filosofia social, que

<sup>25</sup> Peter G. KLEIN, *ob. cit.*, p. 6-7.

implica a consideração da ordem social como integrando aspectos políticos, jurídicos e morais.<sup>26</sup> Hayek é, na verdade, um dos economistas que melhor cumpre a tão glosada afirmação de que "um economista que não é senão um economista, não pode ser um bom economista".<sup>27</sup>

Este foi um dos aspectos que mais me atraiu na vasta e profunda contribuição de Hayek para o renascimento do liberalismo 'clássico' (ou 'inglês'<sup>28</sup>) e melhoria da tradição austríaca de economia. Uma tradição que tem muito a ver com o pensar a longo prazo (*versus* curto prazo), segundo princípios duradouros ou imutáveis, comum a muitos dos economistas que giraram à volta da revista *ORDO* onde os problemas da relação entre economia e cristianismo tinham grande acolhimento. Hayek é, contudo, um autor de quem muitos católicos se ressentiram por o seu pensamento não concordar totalmente com o pensamento 'oficial' e a filosofia dominante, não se dando conta de que a discordância nem sempre é uma afronta, podendo mesmo ser um serviço penoso. Felizmente que hoje, entre nós, muitos começam (na linha da *Centesimus Annus*) a descobrir que não se deve confundir a 'cultura capitalista' com os princípios

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>27</sup> Também glosada por HAYEK, "Addendum: Tribute to Röpke", em *The Collected Works of F. A. Hayek*, vol. IV, p. 194.

<sup>28</sup> Um tipo de liberalismo que, contrariamente ao que se passa com o chamado liberalismo 'continental' ou 'francês' que tem um pendor anti-religioso e anticlerical e geralmente também anti-tradicionalista, depõe a favor da Religião e da Tradição. Esta postura aparece clara ao nível da educação onde não só se recusa a imposição de um certo tipo de centralismo predominante em França, laico e uniformizante, como se considera a religião como matéria obrigatória em todas as escolas mantidas por fundos públicos (uma orientação que se viu reforçada pelo *Education Reform Act* de 1988). A Inglaterra, diferentemente da França, não tem uma história de conflito entre o ensino religioso e o ensino laico. A educação é mesmo considerada como melhor se colocada nas mãos de instituições privadas, na sua maioria religiosas. Aliás, nem sempre se toma devidamente em conta que, embora já as primeiras escolas no Reino Unido, que remontam ao século XIV, se denominassem *Public Schools*, são escolas privadas, criadas por instituições particulares com fins altruísticos. De igual modo convirá recordar que, como costumava recordar Leo Strauss sobre a educação liberal, o termo inglês *liberal* não se refere directamente a uma tendência política, mas a um tipo de educação assente no estudo das humanidades, virada para o convívio com os grandes talentos por forma a cultivar a modéstia (ou humildade) e a libertar da vulgaridade. Para um melhor esclarecimento sobre o contraste entre estes dois tipos de liberalismo, consultar o nosso texto sobre "Liberalismo 'francês' versus liberalismo 'inglês': uma chave para a interpretação do liberalismo em Portugal", em A. Almodovar, org., *Estudos sobre o pensamento económico em Portugal*, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, 1990, p. 147-189.

que presidem à ordem económica baseada no mercado, e até pessoas altamente responsáveis dentro da Igreja, ainda que continuem a preferir responder, à interpelação 'sobre se a queda do comunismo significa o triunfo do capitalismo', dizendo que no essencial "foi o homem quem ganhou, uma certa concepção de homem", já começam a sentir necessidade de reconhecer que com a queda do comunismo, entre outras realidades, também triunfou uma certa concepção de livre mercado como instrumento eficaz da vida económica"; e acrescentando mesmo: "há que reflectir sobre o significado da queda do comunismo, a sua permanência no poder durante sete décadas e mais de um século como filosofia [e também] aprofundar a actual situação de desafio do capitalismo. Isto num primeiro momento. Depois, a Doutrina Social da Igreja deve ocupar-se, agora, muito mais do problema económico"<sup>29</sup>.

Por tudo quanto foi dito, podemos dizer que Hayek não é apenas alguém que ajudou à queda dos regimes de socialismo real ao mostrar porque não funcionavam nem podiam funcionar. O seu principal papel foi ajudar a compreender como funciona e as condições de funcionamento da economia enquanto jogo cataláctico. De igual modo a sua denúncia da miragem da 'justiça social' não pode ser vista como pondo em causa nem a definição de um 'rendimento mínimo' nem a verdadeira justiça social que é sempre moral, voluntária e pessoal, mas os efeitos perversos de uma justiça sujeita não a normas gerais mas ao que o Governo e a 'maioria' em cada momento entendem ser de interesse público ou 'social'. Hayek é, na verdade, tão adversário do igualitarismo económico como das suas consequências: o relativismo moral e o utilitarismo<sup>30</sup>; e um

<sup>29</sup> Arcebispo Jorge Mejía em declarações feitas na 'Semana de Actualização Teológico-Pastoral' na Faculdade de Teologia, Porto. Cf. *Voz Portucalense*, 5 de Março de 1992, p. 6.

<sup>30</sup> Cf. a este propósito o nosso texto "Igualitarismo económico e relativismo moral: na óptica de Hayek", *Humanística e Teologia*, 13 (3), 1992, p. 341-354. Gostaria aqui de, independentemente de no futuro vir a retomar esta problemática, acrescentar uma reflexão de Hayek que poderá servir de aviso a quantos, cheios de boas intenções, criticam o consumismo, materialismo e mesmo laicismo da sociedade em que vivemos, mas por ignorância de como funciona a economia de mercado, acabam por fazer coro com medidas que, longe de contrariarem, apenas reforçam os males que pretendem combater. A este propósito Hayek diz: "acho a atmosfera do avançado Estado-Providência em todos os sentidos mais materialista do que uma sociedade de livre iniciativa. Se a última dá aos indivíduos muito mais campo para servir os seus concidadãos perseguindo objectivos

entusiasta do ponto de vista, já defendido por Kant e Hume e nunca completamente refutado, embora negligenciado e esquecido, de que as normas gerais devem prevalecer para a espontaneidade florescer. Em rigor a crítica de Hayek à 'justiça social' tem assim de ser vista a par da sua insistência na importância de um terceiro sector independente<sup>31</sup> entre o 'comercial' e o 'governamental' e das suas

puramente materialistas, ela também dá oportunidade para perseguir quaisquer outros objectivos que eles considerem como mais importantes. Deve-se lembrar, contudo, que o puro idealismo de um objectivo é questionável sempre que os meios materiais necessários para a sua realização tenham sido criados por outros". Hayek supõe aqui, respeitando assim, parece-nos, o melhor da tradição cristã, que, só quando é a própria pessoa a fazer um sacrifício material por um fim não material, merece crédito e que portanto o desejo de ser aliviado dessa escolha, e de qualquer necessidade de sacrifício pessoal, não lhe parece particularmente idealista. Mas a postura de Hayek, sobre o significado espiritual e moral da livre iniciativa, além de supor uma não única hierarquização de valores também procura não confundir os meios (económicos) com os fins (últimos): "Quando nós defendemos o sistema de livre iniciativa devemos sempre recordar que ele trata só de meios. O que nós fazemos da nossa liberdade transcende-nos. Nós não devemos confundir a eficiência no fornecimento de meios com os propósitos que eles servem. Uma sociedade que não tem outro padrão senão a eficiência, na verdade desperdiçará essa eficiência. Se os homens devem ser livres de usar os seus talentos para nos fornecer os meios que nós queremos, devemos renumerá-los de acordo com o valor que esses meios têm para nós. Contudo, devemos estimá-los de acordo com o uso que eles fazem dos meios à sua disposição". Por outras palavras, para Hayek a posição económica não coincide com estima moral e é bom que assim seja. Daí que ele embora se permita defender um sistema que encoraje a utilidade dos meios para os seus concidadãos, não deixe de acrescentar que não devemos confundir essa utilidade com a importância dos fins que os homens em última instância servem. "É glória do sistema de livre iniciativa que torna pelo menos possível que cada indivíduo, ainda que servindo os seus concidadãos, possa ao mesmo tempo servir os seus próprios fins. Mas o sistema é ele próprio apenas um meio, e as suas infinitas possibilidades devem ser usadas ao serviço de fins que existem à parte". cf. HAYEK, *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Routledge & Kegan Paul, London; Henley, 1978, p. 235-236.

<sup>31</sup> Um sector que, embora com grandes tradições em Portugal, tem vindo a ser progressivamente 'governamentalizado' a ponto de se estar a correr o risco de transformar instituições que deveriam ser viveiros de gente que primava pelo espírito de autonomia e isenção (e no dizer de A. de Magalhães Basto por 'intuítos sublimes de caridade desinteressada, ampla e inesgotável') em pedestais pretendidos por políticos e outros especialistas no tráfico (às vezes promíscuo) de influências e interesses. Infelizmente a eleição dos novos 'homens bons' parece depender cada vez menos da firmeza em preservar a independência face aos poderes deste mundo e do carácter moral, e cada vez mais da sua capacidade para assegurar perversos fundos sociais. É assim que espaços que deviam ser de merecimento para gente capaz de despertar e alimentar nos outros a dedicação exemplar e o entemecimento pelos 'males' do próximo se estão a revelar apetecidos lugares de intervenção e influência para quantos proclamam melhor saber como garantir as boas graças (leia-se *dinheiros*) do Governo. É assim que um sector que deveria constituir-se em lugar de desafio à dicotomia 'comercial' ou 'governamental', e de descoberta de novas e autênticas iniciativas 'sociais' e de mais humanidade, pode acabar dominado por toda uma geração de 'negociantes de subsídios' para quem o essencial depende da destreza no saque de mais verbas. A hora já não

propostas de melhoria da ordem alargada da interacção humana que buscam uma ordem baseada em *princípios* e não em *conveniências*, sejam elas dos governantes ou dos grupos de interesses organizados que permanentemente exercem pressão (e mesmo chantagem) sobre as decisões dos governos. Uma ordem assente num quadro formal (moral, jurídico e monetário) que lhe dê estabilidade, objectividade e independência e que garanta assim a limpidez das regras, tão necessária ao dinamismo de um criativo e frutuoso jogo de interesses comuns, privados e públicos. A sua proposta de criação de duas assembleias (uma propriamente legislativa e outra governamental) e a sua exigência de uma moeda estável (e que, por isso, não se preste aos abusos do poder político) visam, afinal, pôr fim a uma contradição evidente nos sistemas totalitários mas também presente nos sistemas baseados no chamado Estado-Providência. Uma contradição de que já o nosso Herculano se fez eco:

Vi todos esperarem e temerem tudo do governo central; confiarem nele, como se fosse a Providência; maldizerem-no, como se fosse o princípio mau; ideias completamente falsas, posto que bem desculpáveis num país de centralização; ideias que significam uma abdicação tremenda da consciência de

parece estar para o acarinhar da dádiva pessoal, voluntária e fraterna. Os responsáveis de hoje preferem um caminho mais fácil, o dinheiro público, ainda que tal se faça através da sujeição das ainda chamadas 'instituições privadas de solidariedade social' (Misericórdias, Mutualidades e tantas outras louváveis instituições) aos interesses dos políticos (e burocratas) e às conveniências das políticas governamentais. Será que não nos damos conta da perda de humanidade (e do desperdício de riqueza e amor humanos) que advém do desenraizamento destas instituições da herança generosa dos 'particulares', da leviandade em apagar a distinção entre justiça e benevolência, enfim, dos perigos de confundir o 'social' com o 'estatal', os verdadeiros com os falsos direitos (destruidores da responsabilidade individual). Temo que não, quando se vê tanta gente entretida numa prática que os leva a uma desmedida crítica da 'economia' para facilitar a 'política', quando, na verdade, deveriam ser menos ingénuos em relação à política e aprender a lidar com a economia e, mais fundamental, face à cada vez mais problemática viabilidade dos chamados sistemas sociais estatais (Será que as pessoas continuam a desconhecer quão problemática será, por exemplo, a possibilidade da maioria de nós, no futuro, vir a receber a sua 'reforma'? Será que continuamos a desconhecer que apesar de nos terem convencido a descontar anos a fio para um sistema de segurança 'social' a maioria dos Estados foi tão imprevidente que canalizou os fundos gerados através dos descontos para despesas correntes, o que acrescido à quebra dos índices de natalidade nos países mais desenvolvidos, transforma em pura miragem a ideia de reforma futura?), descobrir novas formas de fomentar as 'economias' e dar sentido humano a quantos pelo seu espírito de independência e de serviço aos outros carecem da reabilitação (e fortificação) de um terceiro sector que de todo não cabe nem no 'comercial' nem no 'governamental'.

cidadão, e da actividade humana, e que são o sintoma infalível de que os males públicos procedem, não da vontade deste ou daquele indivíduo, da índole particular desta ou daquela instituição, mas sim do estado moral da sociedade e da índole geral da sua organização.<sup>32</sup>

Uma contradição que revela, no fundo, a dificuldade de conciliar, no que se refere à aventura do fenómeno humano, a liberdade e a igualdade; uma dificuldade sentida por todos nós, mas para a qual não há uma solução única. A proposta de Hayek passa por, na linha de Lord Acton e Tocqueville, realçar a liberdade. Uma linha difícil de vingar em períodos prisioneiros da paixão da igualdade como bem sentiu o nosso Herculano:

O velho liberalismo passa de moda. O dogma da soberania popular, proclamado como supremo direito, substitui o único direito absoluto que ele reconhecia, a liberdade e os foros individuais. Isso passou: agora a igualdade civil, que era consectário do dogma liberal, transfere-se para o mundo político, e um nível imaginário passa teoricamente por cima de todas as desigualdades humanas, perpétuas, indestrutíveis. A paixão da liberdade esmorece, porque a absorve e transforma a da igualdade, a mais forte, a quase única paixão da democracia. E a igualdade democrática, onde chega a predominar, caminha mais ou menos rápida, mas sem desvio, para a sua derradeira consequência, a anulação do indivíduo diante do estado, manifestada por uma das duas fórmulas, o despotismo das multidões, ou o despotismo dos césores do plebiscito.<sup>33</sup>

Talvez ninguém melhor que o autor de *Rebelión de las masas* (1927)<sup>34</sup> tenha clarificado a confusão subjacente a todo um movimento

<sup>32</sup> Alexandre HERCULANO, *Opúsculos I*, org., introd., e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Ed. Presença, Porto, 1982, p. 320.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 40-41.

<sup>34</sup> Esta obra de Ortega y Gasset, como a de Leonardo COIMBRA, *A Rússia de hoje e o homem de sempre* (Livraria Tavares Martins, Porto, 1962 — 1ª edição, 1930), faz parte de um mesmo movimento de ideias que tende a mostrar o carácter totalitário do ideal comunista. Um movimento que Hayek com *The Road to Serfdom* (1944) enriqueceu ao mostrar de que forma a 'planificação económica' era um pressuposto comum a todos os sistemas totalitários, apesar de aparentemente alguns deles parecerem opostos, como era o caso do 'socialismo marxista' e do 'nazismo' (nacional-socialismo).

que não distingue a problemática da 'democracia' e do 'liberalismo' <sup>35</sup>. Uma clarificação que aparece também em Fernando Pessoa no contraste entre 'o liberalismo inglês e o liberalismo continental' <sup>36</sup>, entre uma ordem baseada na disciplina das normas e da liberdade, e uma ordem assente na disciplina ditada pela vontade de uma qualquer autoridade. Uma contradição de que em outra época cultural os principais representantes da chamada 'escolástica tardia' se deram conta e que em particular Luis de Molina enfrentou propondo como solução a sua *ciência media*, 'que não se deve rejeitar porque concilia brilhantemente a liberdade de arbítrio com tudo o mais'.

Não será, pois, de estranhar o interesse de Hayek pelas raízes ibéricas da economia de mercado e pela aproximação entre a escola austríaca de economia e alguns dos autores da chamada 'Escola de Salamanca' <sup>37</sup>. Um interesse que manifesta, afinal, uma outra característica comum às duas escolas e que hoje felizmente atrai, de novo, a apetência pela interdisciplinaridade que sempre levou todos aqueles que têm uma larga gama de interesses a sentirem-se atraídos pela tradição austríaca da economia. Disso mesmo é exemplo paradigmático Friedrich August von Hayek, um Nobel da Economia cuja apreciação implica, insistimos, o cuidado de não separar a sua 'teoria económica' das suas ideias sobre outras áreas do saber humano e em particular das suas teorias acerca da percepção e crescimento do conhecimento: "a atitude do liberal para com a sociedade é como a do jardineiro que cultiva uma planta, o qual, para criar as condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento, tem que conhecer o mais possível sobre a sua estrutura e funções" <sup>38</sup>. Da originalidade da perspectiva hayekiana deu-se bem conta alguém que costumava afirmar que tinha aprendido de Popper que *nós nunca sabemos o que*

<sup>35</sup> Cf. José ORTEGA Y GASSET, *El Espectador*, V y VI, Espasa-Calpe, Madrid, 1966, p. 29-30.

<sup>36</sup> Fernando PESSOA, *Páginas de pensamento político-2(1925-1935)*, prefácio, org. e notas de António Quadros, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1986, p. 74-75.

<sup>37</sup> Cf., a este propósito o nosso texto, "Luis de Molina e as origens ibéricas da economia de mercado", apresentado no *Encontro Ibérico sobre Pensamento Económico* (Lisboa, 27-29 de Abril de 1992).

<sup>38</sup> F. A. HAYEK, *The Road to Serfdom*, p. 14.

*estamos a dizer* e de Hayek que *nós nunca sabemos o que estamos a fazer*. Na verdade, Bartley embora tendo começado por se interessar por Popper, cedo foi atraído pela obra de Hayek — e em especial pela sua *filosofia da economia* — dando mesmo início a uma biografia deste grande 'defensor da liberdade e da lei' e tornando-se inclusive o primeiro editor das suas *Collected Works*. O interesse de Bartley em relação a Hayek deve-se, segundo Petroni, ao facto de ele ter visto na teoria da acção humana e da sociedade de Hayek um excelente exemplo de uma teoria não justificacionista da racionalidade. <sup>39</sup>

Hayek morreu mas permanecerá como o principal arauto de um movimento de ideias e de políticas económicas que alguns acham mesmo apropriado denominar 'Era Hayek'. <sup>40</sup> Ele deixou para além de uma vasta obra e de múltiplos discípulos também a *Mont Pèlerin Society*, de que foi fundador. Uma sociedade internacional (nascida em tempo difíceis, mas que hoje é não só admirada como conta com os mais reputados liberais, entre eles vários 'Prémios Nobel da Economia'), para a qual Hayek propôs inicialmente a denominação de *Acton-Tocqueville Society* <sup>41</sup>, embora tal denominação tivesse sido recusada, devido em grande parte à oposição de

<sup>39</sup> Cf. Angelo M. PETRONI, "Bartley, III: 1934-1990", em *Critical Review*, 4 (4), 1990, p. 740. Segundo este autor, Bartley dirigia as suas investigações no sentido de uma compreensão unificada das obras de Popper e Hayek: dois grandes críticos do hiper-racionalismo.

<sup>40</sup> O pensamento de Hayek não deixará, contudo, de continuar a desafiar a 'ortodoxia' keynesiana e a sua hostilidade para com a 'economia' e outras virtudes humanas, bem como a questionar (e mesmo incomodar) todos aqueles que insistem em alimentar o pânico do excesso de população, da escassez física de recursos e mesmo dos efeitos negativos da imigração.

<sup>41</sup> Cf. F. A. HAYEK, "Opening Adress to a Conference at Mont Pèlerin", em *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Routledge & Kegan Paul, London; Henley, 1978, p. 158. Neste texto Hayek dá-nos conta de que houve também quem propusesse que a Lord Acton e A. de Tocqueville se acrescentasse um terceiro 'santo patrono': Jakob Burckhardt.

Frank Knight, pai da Escola de Chicago, a que uma entidade deste carácter tivesse o nome de um pensador católico <sup>42</sup>.

JOSÉ MANUEL LOPES DA SILVA MOREIRA \*

---

<sup>42</sup> Cf. Lucas BELTRAN, *Cristianismo y economía de mercado*, Unión Editorial, Madrid, 1986, p. 158. Cumpre esclarecer aqui que a defesa do liberalismo económico e político não significa a aceitação do chamado liberalismo teológico que D. Villey com justeza afirmou que “era um racionalismo que destrua precisamente o que há de religioso na religião. Era a negação da realidade transcendental da Igreja como Corpo de Cristo, anterior e superior aos seus membros. Negava a autoridade do dogma, a continuidade da doutrina católica. Por horror ao liberalismo teológico, Newman deixou a Igreja anglicana para se converter ao catolicismo romano. Ele define assim o liberalismo (teológico): ‘o liberalismo é o erro que consiste em submeter ao juízo humano doutrinas reveladas que, por natureza, estão fora do seu alcance e são independentes; o erro pelo qual se pretende determinar, pesando os seus méritos intrínsecos, a verdade e o valor de afirmações que se apoiam unicamente na autoridade da palavra divina, cf. Daniel VILLEY, “La economía de mercado ante el pensamiento católico”, em Lucas BELTRAN, selec. y prol., *or natureza, estão fora do seu alcance e são independentes; o erro pelo qual se pretende determinar, pesaley salienta ainda que “uma concepção puramente individualista da Igreja e uma concepção puramente racionalista do conhecimento religioso não são compatíveis com o catolicismo nem com nenhuma religião que mereça este nome”. Uma postura que vai no mesmo sentido da ênfase de Hayek nos ‘limites da razão humana’ e das suas críticas à visão puramente individualista e construtivista da ordem humana. Uma perspectiva que o aproxima de Gadamer, tanto na sua denúncia do espírito racionalista (nomeadamente de Spinoza) do ‘preconceito contra o preconceito’ daqueles que pretendem levar até às últimas consequências o livre-pensamento e o ateísmo, como na sua defesa da tradição dominante na ilustração alemã por esta sempre ter sabido reconhecer ‘os preconceitos verdadeiros da religião cristã’: dado que “a razão humana seria demasiado débil para passar sem preconceitos, seria uma sorte ter sido educado em preconceitos verdadeiros”, cf. Hans-Georg GADAMER, *além por esta sempre ter sabido reconhecer ‘os preconceitos verdadeiros*, Salamanca, 1988, p. 339-340. Cf., a este propósito, em especial no que toca a Newman, também Joseph RATZINGER, *Questões sobre a Igreja*, Ed. Paulistas, Lisboa, 1992, p. 118-124.*

\* Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Membro da *International Network for Economic Method*, da *European Business Ethics Network*, da *Asociación para el Estudio de la Doctrina Social de la Iglesia* e da *Asociación Española de Ética de la Economía y de las Organizaciones*.

## Abstracts

A. Leite SOARES *Sharing in a Hierarchically Structured Church.*

The institution in the Church is laid on an ontological sacramental and ecclesiological dialectic structure based on a charismatic reality.

The autor studies several aspects of the running law, and inquires them in the light of Church mystery, wich in the juridical dimension of the inter-relation of the faithful as well as in the life of institutions means to stress the communion through the corresponsability and participation.

As an answer to the gift of Spirit, the communion becomes a transcendent reality concerning the dialectic synthesis of the consulting participation and the decisive one. It also appears as a drawing reality as far as the ecclesial we is a constant care for the diversity that makes out the unity and a continuous stage towards conclusions hope conclusive at all in the heart of the people of God.

António Cardoso da CUNHA — *Full-time Priests.*

29-41

The ministerial priesthood is received by ordination, though the faithful are heard on the qualities and abilities of applicants. The priest must devote himself to the practice of his mission as a full-timer unless special circumstances deserve other jobs. Saint Paul, a lot of saintly priests and missionaries took profit of the secular work valuable means of evangelization and apostolate.